

CIDADE E CULTURA: rebatimento no espaço público contemporâneo

Relato de Sessão livre “CIDADE E CULTURA: REBATIMENTO NO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO” realizada no XIV Encontro Nacional da ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional) “Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias” realizado no Rio de Janeiro, 23 a 27 de maio de 2011.

TEMA DA SESSÃO LIVRE

No campo de relações entre urbanismo e cultura abordamos, além dos espaços públicos como lócus de práticas sociais, também as recentes transformações urbanas, tanto as que colocam as cidades contemporâneas no contexto da “espetacularização”, da “culturalização” e “gentrificação” urbana, quanto as que visam à inclusão social através da democratização do acesso a oportunidades culturais. Estas duas dimensões do uso da cultura correspondem, grosso modo, às chamadas zonas luminosas e opacas da cidade, na acertada expressão de Milton Santos, para as quais vem sendo propostos planos, programas e políticas diferenciadas.

COMPOSIÇÃO DA MESA

Coordenador:

Lilian Fessler Vaz (PROURB/FAU/UFRJ)

Debatedora:

Paola Berenstein Jacques (PPGAU/FAUFBA)

Expositores:

Lilian Fessler Vaz (PROURB/FAU/UFRJ)

Cultura e transformações espaciais urbanas.

Ana Clara Torres Ribeiro (IPPUR/UFRJ)

Experiências fragmentárias: culturas e cartografias.

Regina Helena Alves da Silva (PPGHIS/PPGCOM/UFMG)

Cartografias Urbanas: revitalizações de centros históricos e participação popular.

Margareth da Silva Pereira (PROURB/FAU-UFRJ)

As visões setoriais de cidade e políticas culturais.

Carmen Beatriz Silveira (PICFMA/FIOCRUZ)

O reconhecimento do espaço vivido nas políticas urbanas e culturais.

RELATO

As exposições foram elaboradas a partir de perspectivas metodológicas e teóricas diferentes, resultando ora na complementaridade de ideias, ora na divergência. A abordagem metodológica adotada nesta montagem-registro pretende friccionar as falas, fazê-las vibrar, ecoar impasses e dúvidas e, por fim, expor um estado de crise que se desdobra das implicações entre cidade e cultura nos atuais engendramentos políticos, levantado pela debatedora Paola Berenstein Jacques nesta sessão.

Num primeiro momento, as exposições aparecem em blocos, definidos por conexões entre falas e aproximações de ideias. Apropria-se das diferentes perspectivas metodológicas, de forma que os acontecimentos cotidianos deflagrados na experiência da professora Ana Clara Torres Ribeiro e figurados num relato fragmentário de caráter ensaístico foram articulados aos estudos de caso das professoras Lílian Fessler Vaz, Regina Helena Alves da Silva e da arquiteta-urbanista Carmem Beatriz Silveira; e ao trabalho com palavras proposto pela professora Margareth da Silva Pereira. O objetivo desta composição de discursos é encontrar as transversalidades presentes nas formulações destas pesquisadoras e potencializar as diferentes abordagens apresentadas.

O método de montagem dos discursos provoca neste texto cortes, interrupções e descontinuidades entre as falas das pesquisadoras, uma vez que estas foram feitas durante a sessão livre num encadeamento sequencial e agora se encontram intercaladas. A interposição de uma fala pela outra, o entrelaçamento de um conceito num caso e a aparição oscilante das autoras no texto intenciona transfigurar as exposições num debate.

Nota para leitura das montagens: a figura alegórica “SONAR” criada pela professora Ana Clara Torres Ribeiro compõe as interações discursivas apresentadas a seguir. Esta alegoria do pensamento, segundo a professora, remete-se à profundidade das historicidades, uma profundidade incongruente, de sonoridade um tanto assustadora, cuja reverberação movimenta-se no sentido descendente, transpondo camadas informes

constituídas tal como reentrâncias. Historicidades no sentido da batida surda de um sonar e de reentrâncias profundas, intercalam-se com os casos pontuais apontados pelas demais pesquisadoras¹.

*MONTAGEM 1: teorias brincantes (acontecimento ↔ ação ↔ sonares) x
memória ↔ apropriação x hibridismo*

Ana Clara Torres Ribeiro:

Eu descobri esses dias que existem os panfleteiros, que além dos panfleteiros existia uma moça chamada Mônica, a figura da Mônica no meio da rua que é o maior sucesso como panfleteira [...] ela representa a Mônica, vira a cabeça ao contrário, faz mil encenações e é um sucesso como panfleteira, isso não é ação cultural? Eu acho que é.

SONAR

[1º parágrafo [::: Brasileiro, sobretudo um camelô. Esse é o primeiro parágrafo. Eu fiquei muito impressionada quando me percebi como um camelô. E eu tenho a impressão que as instituições são camelôs, que nós aqui dentro somos camelôs também, no sentido de que estamos sempre construindo algumas oportunidades; botando primeiro um pezinho, depois uma mesinha, depois uma cadeira, depois quem sabe uma garantia de permanência, depois quem sabe a gente tenta mais um pouco, se esforça, estica mais e finalmente conquista alguma coisa.

Carmem Beatriz Silveira:

A instituição psiquiátrica manipula dispositivos de apagar as diferenças individuais, no sentido da perda de relações com os objetos que compõem o universo e a história pessoal de cada interno. Processos descritos como desindividualização ou despersonalização. Mas ele (Maurício Bourbon) diz, podemos observar que alguns internos desenvolvem estratégias de preservação, que se opõe ao princípio uniformizador. [...] O Bispo do Rosário que é bastante conhecido e um outro caso. Um antigo pedreiro, imigrante que consegue romper com a estrutura psiquiátrica, aquele rigor institucional e cerca uma área de 100 por 200 metros, constrói uma casa, planta hortaliças, reproduzindo o ambiente de onde vinha. Em oposição e rebeldia.

Lílian Fessler Vaz:

Favela da maré, Rio de Janeiro, 130 mil habitantes, uma longa história, relação forte entre a favela e o processo de industrialização; e a favela e o processo de desindustrialização; e um fenômeno que são essas ações culturais populares e seus respectivos espaços. Antiga estrutura industrial transformada por novas construções, margem para circunstâncias meio loucas, grandes estruturas atravessando e pequenas casas no meio.

Nestas passagens aparecem alguns sujeitos: o pedreiro, a Mônica, o camelô, o Bispo do Rosário, os habitantes da Maré compreendidos a partir de agora enquanto subjetividades conformadas no entrecruzamento do social (dimensão coletiva) e do individual (dimensão singularizada). Assumem o lugar da ação social enquanto opositores de oca-

sião, expressão cunhada por Ana Clara Torres Ribeiro, para atribuir sentido aos modos de existência cuja ação engendra-se nas circunstâncias. Na sua reflexão, extrapolam a reprodução do mesmo e esboçam traços libertários – ainda que fugazes - observados do ponto de vista da potência e não da forma manifesta, que de alguma maneira podem ultrapassar a experiência da subalternidade e do cotidiano alienado. Ações fragmentárias, descontínuas, um algo mais que reconstitui o movimento sensitivo da própria ação e efetiva uma potência dignificadora da condição humana. Ação, nestes casos, conceituada pela professora como acontecimento, no sentido filosófico do termo: qual?

Então não precisa ser o maior movimento do mundo, a maior transformação política de toda existência, não se trata disso, se trata daquele momento, de algo que é mais. Apesar de tudo eu estou aqui, ou seja, vocês podem não querer, não desejar, mas eu estou aqui e se puder ainda vou rir, vou achar graça e vou achar você uma comédia.

Destas explorações cotidianas/conceituais - confrontando-se com a ideias de movimento social ou transformação política de grande escala - Ana Clara Torres Ribeiro propõe uma obra fragmentária (em processo de formulação), inspirada na condição da própria ação engendrada enquanto acontecimento, intitulada “teorias brincantes do Brasil”. Uma teoria territorializada no entre dos processos – entre luminosidades e opacidades. Assimila um tipo de cumplicidade, figura um sorriso disfarçado e adota uma aproximação tátil para falar dos sujeitos da ação cultural. Fulgurações no sombrio, no obscuro, iluminadas por relampejos de flashes, lampiões e lanternas entre as sonoridades reentrantes dos sonares e o cheiro de ácaros e de bolor.

Conjugam-se às ideias de *opositores de ocasião*, as proposições de Carmem Beatriz Silveira no que se refere às intrincadas relações entre memória e espaço vivido. Ela estabelece um contraponto à noção de patrimônio, enfocando a dimensão simbólica de espaços e morfologias arquitetônicas não hegemônicas. A cultura entendida enquanto reconhecimento do espaço vivido incorpora-se na ação de apropriação do pedreiro e de constituição de diferença e oposição ao princípio uniformizador. A noção de história citada de relampejo na passagem acima, encontra ressonância nos movimentos de reentrância da sonoridade do sonar. A batida surda “Brasileiro, sobretudo camelô”, sinalizada por Ana Clara Torres Ribeiro, provoca a fusão destas subjetividades em pedreiro – camelô – louco - imigrante e podem fulgurar no sombrio das teorias brincantes um acontecimento permeado de traços de autonomia.

As ambigüidades presentes na constituição do fenômeno urbano-cultural “Complexo da Maré” descritas pela professora Lílian Fessler Vaz, evidenciam os *modos de fazer* singularizados pelas reentrâncias deste território. A ocupação *tática* (De Certeau, 1994) do território converge para a “conquista de alguma coisa”, tal como o Sonar anuncia no que se refere aos modos de fazer do camelô. Uma apropriação *tática e ordinária*, na análise de Lílian, conformando um território-franja nas franjas de outros territórios.

Esta apropriação alinha-se aos modos de ação dos *opositores de ocasião* e, neste caso, os atos do processo de desindustrialização, esvaziados de sentido urbano dentro da nova lógica capitalista instalada na cidade, criaram uma ocasião-vazio potente para a reinvenção deste território. Os opositores de ocasião – habitantes do complexo da Maré – agenciam outras formas/ funções/ significados/ memórias neste território e, do ponto de vista da professora, produzem “margens para circunstâncias meio loucas”, figuram formas indeterminadas, sem fronteiras claras ou invisíveis, em constante transformação. Esta produção é abordada pela perspectiva de Nestor Garcia Canclini, enquanto hibridização cultural, uma heterogeneidade operada pelo entrelaçamento formal/informal, espaços de produção/espços de consumo, habitação/trabalho/religião, cidade produto/cidade obra, valor de troca/valor de uso e significam mais do que a mistura, resultam na transformação disto em novas estruturas.

MONTAGEM 2: uso ↔ silêncio x visibilidade ↔ invisibilidade x capitalismo cultural

Margareth da Silva Pereira:

Refreiam-se de qualquer maneira as possibilidades e os espaços de sociabilidade nos planos e nos projetos e refreia-se as possibilidades de interação social e, sobretudo de ação. A cultura, nestes projetos de revitalização, é uma prática de natureza privada, pode ser um credo, uma crença, uma inclinação, mas a cultura é vista como um lugar de valores mortos [...] Melhor seria dizer, nos planos de urbanização, em que se pode tirar ou colocar a cultura, como se coloca ou se põem canos.

Lílian Fessler Vaz:

Quando a gente vai pegar a estatística municipal de equipamentos culturais, vemos que entre 2004 e 2008 não havia nenhum equipamento cultural na região administrativa da Maré. Lá já se encontravam alguns equipamentos culturais, inclusive da prefeitura. Mas a estatística diz que zero e, no entanto, a nossa pesquisa identifica um número grande de outros equipamentos culturais com diversas atividades; e a gente começa a pensar: Mas como? Tem uma série de equipamentos culturais, a prefeitura diz que não tem nada e como é que se vê tantos equipamentos criados, de uma maneira geral.

Regina Helena Alves Da Silva:

Um ano de eventos artísticos em cidades européias onde a noção de cultura passa a ser entendida como esse amontoado de eventos [...] um evento de longa duração, ele dura um ano e tem que trabalhar com uma perspectiva de negócio que dure pelo menos um ano para cada cidade escolhida. A infra-estrutura montada difere dos mega eventos como a copa e as olimpíadas, que é uma infra-estrutura pra um evento mais curto [...] Nesse momento (em 2011), o Porto tem, além de dois mega-eventos que o atingiu, uma grande obra de arquitetura de um grande arquiteto que também marcou o cenário da cidade. Então tem todos os elementos que alguns dos nossos prefeitos sonham em trazer para nossas cidades.

Margareth da Silva Pereira:

Me levou a ideias tão debatida no século XIX, do plano de aceleração dos índices de civilidade e de civilização. E neste sentido, a gente está quase no século XIX e por isto esta coisa do plano de aceleração da cultura. Da barbárie à civilização, nós já estamos quase aí.

Nestas passagens, explicita-se as intrincadas relações estabelecidas entre a noção de cultura, os projetos urbanos atuais e próprio campo disciplinar do urbanismo, expostas pela professora Margareth da Silva Pereira, ao caracterizar duas vertentes hegemônicas nesta relação: a cultura como uso e a cultura como silêncio. A primeira delas é definida pela natureza privada atribuída à cultura, cujas práticas são instrumentalizadas a serviço dos interesses do espetáculo urbano homogeneizante. Esta lógica demanda a predominância funcionalista da cultura, esvaziando as possibilidades de sociabilidade e de ação, nos termos propostos por Ana Clara Torres Ribeiro. De acordo com Margareth da Silva Pereira, o uso da cultura aplaina sua condição envolvente, sua existência enquanto práxis, experimentação, ação reflexiva e crítica, campo de aprendizado da vida coletiva, transformando-a num setor e sua discussão passa a configurar apenas uma questão de distribuição de verba, “tudo se resume a um problema de dinheiro, dinheirinho para o teatro, dinheirinho para o cinema, para a música [...]”.

Tais vertentes inserem-se num jogo político, em que se produz silêncios e usos, ou na análise de Lílian Fessler Vaz, visibilidades e invisibilidades. A manipulação da estatística dos equipamentos culturais da Maré revela as estratégias de esvaziamento da potência de ação e de campo aberto para o conflito cotidiano presentes neste contexto urbano. A produção desta invisibilidade se deve ao fato de grande parte destes equipamentos serem organizados, geridos e construídos por grupos culturais populares locais, principalmente de jovens tais como os casos estudados pela professora: o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, que criou o Museu da Maré em 2006 numa antiga oficina de barcos; e o grupo de capoeira angola Ypiranga de Pastinha, que junto com outros grupos ocuparam uma antiga fábrica e criaram um Centro Cultural. Outra ocorrência citada por Lílian Fessler Vaz que revela a tensão entre visibilidades e invisibilidades é, primeiro, a presença de uma placa na linha vermelha – principal via de ligação entre a cidade e o aeroporto do Rio de Janeiro, que margeia quase toda a extensão do complexo de favelas – sinalizando o Museu da Maré; e sua posterior retirada, quando se instalou a barreira de “proteção” acústica em todo o limite da linha vermelha com o complexo da Maré, tornando invisível não somente o Museu, mas o próprio mar de favelas que inunda a tal via de acesso à cidade.

A análise de Regina Helena Alves da Silva detém-se sobre os casos de disputa entre cidades européias, mais pontualmente as portuguesas: Porto, Lisboa, Guimarães e Coimbra para alçarem o posto de capitais européias da cultura. Nesta disputa, o

jogo político funda-se sobre a produção de visibilidades para processos alinhados ao “negócio cultura” e de invisibilidades para traços de autonomia ou práxis conflitantes. Um caso emblemático deste jogo político ocorreu na disputa realizada entre Coimbra e Guimarães para a obtenção do título de capital europeia da cultura em 2003. O processo foi abordado pela professora desde 2000, quando se instaura em Coimbra a prática de participação popular, reunindo arquitetos, urbanistas, profissionais do desenho urbano, ciências sociais para discutir os métodos de análise e representação das cidades, que vinham se revelando inócuos diante da complexidade urbana. Isto se deu simultaneamente às operações urbanas de transformação do Porto na capital europeia de cultura, ainda em 2000. Em Coimbra, realizou-se, num primeiro momento, a discussão acadêmica “Coimbra 2000: pensar a cidade construir o futuro” e depois o seminário, “Coimbra um novo mapa”. Disto resultou a elaboração de uma Carta Constitucional com efetiva participação da população da cidade, que propunha a ideias simbólicas de convivência urbana, de cidade Sofia ou cidade do conhecimento, da ciência e da cidadania e, principalmente, da preponderância do sentido da cidade para seus habitantes a partir de uma ação político-cultural.

O sentido de cultura como um amontoado de eventos citado por Regina Helena Alves articula-se à vertente cultura-uso e instrumentalização e, principalmente, deflagra o paralelo crítico e irônico traçado por Margareth da Silva Pereira, entre plano de aceleração dos índices de cultura e o plano de aceleração dos índices de civilidades, numa retomada anacrônica ao século XIX. A suposta superação da barbárie pela civilização, pressupõe na contemporaneidade, a implementação de índices de cultura utilitaristas, constituídos por valores mortos e engendrados, por exemplo, nesta disputa por capital europeia da cultura ou capital nacional da cultura.

Podemos inserir nesta abordagem a perspectiva benjaminiana, que aponta para outro entendimento sobre a relação entre cultura e barbárie². Não se trata da superação da última em função da primeira, mas da implicação incisiva e implacável entre produção de cultura e produção de barbárie, uma vez que ambas se realizam atreladas à regra da produção do capital. A transição do capitalismo industrial para capitalismo cognitivo ou ainda capitalismo cultural, explicita a centralidade assumida pela produção simbólica de valores em detrimento da produção material, donde a cultura e seus enrendamentos na subjetividade coletiva asseguram a reprodução e acumulação de capital, agora simbólico e financeiro. As forças da criação remetidas noutros tempos à produção artística e às práticas culturais diversas – ora subversivas, ora questionadoras, ora inquietas, ora disruptivas – compõem um mecanismo deste arranjo, cujo papel é absolutamente central e imprescindível, no sentido de conformar valores, identidades e subjetividades homogêneas, alijadas da sua potência criativa e autônoma.

Tal disputa relatada por Regina Helena Alves da Silva, resultou no esvaziamento do processo de participação popular construído em Coimbra, quando num momento intenso de produção da diferença no que se refere ao entendimento da relação entre cultura e cidade, interpõe-se uma estratégia de silenciamento e de produção da invisibilidade desta diferença. O ministro da cultura interrompe o processo de Coimbra – Sofia – cidadania – participação com a promessa de transformá-la em 2003 na primeira capital nacional da cultura e incrementar, nos termos propostos por Margareth Pereira, os índices de aceleração da cultura. Nesta corrida para o pioneirismo, esgarçam-se os princípios formulados na Carta Constitucional e direcionam-se todos os esforços políticos para a inserção do metrô de superfície e de um gigantesco equipamento cultural nos moldes do Porto. Como a concorrência no espectro do capitalismo cultural é uma progressão, outra disputa ainda opera nesta produção simbólica de valores. Entre Guimarães e Coimbra, o posto de capital europeia da cultura para 2012 é “conquistado” por Guimarães, cuja produção simbólica funda-se na “grande” construção da nacionalidade, cidade onde nasce Portugal, prenhe de uma identidade nacionalista e salazarista, uma “legítima e genuína” nação para os portugueses – valores estratificados e não praticados e, portanto, mortos. Esta conjugação de sentidos alinha-se às exigências do negócio da cultura, seu uso e a visibilidade homogênea demandada para assegurar a predominância do consumo sobre a cidadania; da história oficial e autoritária sobre a participação; enfim, da conformação do silêncio ou do uso a depender das forças e sujeitos sociais envolvidos.

Regina Helena Alves da Silva:

Esse lema ganha [...] a participação que Guimarães propõe para discutir a conformação do significado político desta cidade é um site, onde você pode propor ideias. A partir daí, começa toda uma discussão de formas de participação na web. Coimbra cria uma gestão participada do gabinete do centro histórico, que também vira um site, Lisboa cria um site de queixas e reclamações que você pode acompanhar as questões que você coloca. O Porto não cria nada, cria uma empresa, hoje o Porto é administrado por uma empresa.

MONTAGEM 3: exclusão ↔ segregação x barbárie x setorização

SONAR [um parágrafo [::::: Tem um que é assim: nada como uma exclusãozinha. Essa exclusãozinha é que de alguma maneira a pessoa se sente um pouquinho mais prestigiada e um pouquinho mais poderosa.

Regina Helena Alves da Silva:

E quando eu cheguei em Portugal, me deparei com as cidades que eu estou chamando de atingidas por eventos, ou seja, eu fui em busca, de alguns anos depois, ir até Alfama para entender um processo de revitalização de moradias, de habitação, com as pessoas do local que é sempre informada como uma experiência importante. E encontrei pessoas que esperam há anos pelas suas casas serem terminadas, entrevistei uma mulher que espera 25 anos a casa ser terminada, que é fruto de ações antes da grande intervenção na Alfama. [...] Encontrei uma população extremamente assustada com a invasão, a população local, que está lá há várias gerações e agora tem sido invadido por artistas, gente um pouco esquisita, homens que moram com homens e mulheres que moram com mulheres, coisas diferenciadas³ desse tipo, que tem assustado um pouco a população no sentido das formas que eles tem de estar lá e etc. E eu encontrei muitas placas e faixas de protesto com a forma como a Autarquia, a prefeitura de lá, vem encaminhando os projetos de moradia.

A batida surda do sonar proposta por Ana Clara Torres Ribeiro expõe taticamente um princípio imerso na nossa experiência urbana cotidiana e absolutamente estruturante dos planos de revitalização urbana inseridos na lógica do capitalismo cultural. O caso de Alfama deflagra a perversidade dos processos de segregação, de exclusão e de alijamento da cidadania decorrentes destes planos: o cotidiano de um habitante que aguarda 25 (vinte e cinco) anos por uma casa que já lhe pertencia por uso e direito e faz emergir novamente o alinhamento entre produção de cultura e produção de barbárie. Regina propõe a ideias de cidades atingidas por eventos, a fim de denotar a radicalidade decorrente dos projetos urbanos implementados para viabilizar a realização destes eventos.

Margareth da Silva Pereira:

A lógica da setorização vai engendrando a reprodução destas ideias, em relação ao gênero: política cultural para as crianças, para os velhos, para as minorias, para os mais ou menos pobres, mais ou menos ricos e vemos implantadas lonas culturais, vamos fazendo centros culturais, pra mais ou menos brancos, mais ou menos negros e de certo modo, culturalizando neste sentido instrumental e aplicando à vida das cidades.

Lílian Fessler Vaz:

Os projetos, os planos para os vazios industriais estão na zona portuária, não estão aí (referindo-se à Maré). O que tem de atuação é o Ministério da Cultura com a constituição dos Pontos de Cultura. Mas existem algumas propostas recentes de intervenção, de criação de um corredor expresso na área da avenida Brasil e de criação da semana de arte no Rio de Janeiro, com grandes intervenções urbanas no eixo da avenida Brasil - com a ideias da Bienal de favelas e um grande equipamento cultural próximo à avenida Brasil.

Frederico Araújo (professor do IPPUR/ UFRJ - durante o debate):

As teorias brincantes tem no fragmento um fundamento. E um fragmento diz respeito à forma e ao conteúdo e, tendo em conta essas considerações iniciais eu queria dizer alguns fragmentos. Primeiro digo, Ana, comoveu. Segundo, Ana, nenhuma taxono-

mia, do meu ponto de vista, pode constituir uma teoria brincante. Uma taxonomia não diz fragmento, ainda que possa ser expressa através de um fragmento. Assim, dizer: brasileiro?

Ana Clara Torres Ribeiro:

E Fred tem toda razão, não é brasileiro, eu só queria falar assim, 'nóis tudo'.
(risos generalizados)

O trabalho com palavras elaborado por Margareth da Silva Pereira questiona a conformação da lógica da setorização, evidenciada na construção de expressões como política cultural, política urbana, política pública, política de desenvolvimento urbano. Tais expressões carregam nos seus próprios qualitativos segmentados a vertente funcionalista do pensamento, como se no urbano não houvesse cultura e vice-versa. Numa citação anterior, a professora relaciona a redução das políticas de gestão da cultura aos impasses da distribuição de verba. Os desdobramentos desta setorização na tessitura do social, funcionaliza incessantemente suas diferenças em caracteres identitários estanques, cujas disputas políticas fragmentam o comum e o coletivo em lutas identitárias e não mais em políticas culturais. A culturalização instrumental produz o esgarçamento do *socius* e de práticas culturais transversais, reclama pelo exclusivo e pelo genuíno e explicita o jogo das visibilidades x invisibilidades imanente ao funcionamento do capitalismo cultural. A produção simbólica competitiva exige o apartamento da diferença em espaços distintos para ricos e para pobres e anula a possibilidade da dimensão pública do espaço.

Lílian Fessler Vaz cita o exemplo da “bienal de favelas” direcionada para a visibilidade do complexo da Maré e o projeto do Porto Maravilha para a visibilidade do Rio de Janeiro da Copa e das Olimpíadas - áreas resultantes de vazios urbanos da desindustrialização. Neste caso, as políticas culturais e urbanas perduram a segregação sócio-espacial sob a égide da cultura, a partir da setorização consentida da diferença identitária. Uma bienal de favelas suscita a dúvida: porque que práticas artísticas produzidas no Complexo da Maré não se inserem em circuitos artísticos já consagrados na produção simbólica do capitalismo cultural, como a Bienal de Artes de São Paulo e inúmeras outras mostras de artes? Num primeiro momento, política dos pontos de cultura para os pobres e dos grandes equipamentos culturais para os ricos e por fim, diante da generalização da valorização simbólica da cultura identitária um grande corredor cultural direcionado para o Complexo da Maré. Nesta nova configuração, permanece a dúvida: que silêncios e que usos instauram-se nesta taxonomia?

A pergunta de Frederico Araújo radicaliza a crítica sobre a lógica da setorização e parece pulverizar a construção fragmentária da teoria brincante para além da identidade “brasileiro”. No esgarçamento da dimensão social, a noção de público e de política esvaziam-se simultaneamente e, portanto, opera-se o próprio apagamento de uma instância central nesta articulação – o Estado.

INSTALA-SE A CRISE: UPPs x regra x exceção

Paola Berenstein Jacques:

Falávamos da culturalização de um lado, dos grandes museus, da cultura como a grande âncora dos projetos urbanos espetaculares. Quais são as possibilidades de resistência destes processos? Agora, nos deparamos com os projetos culturais para as UPPs e muda alguma coisa? Não, acho que não muda. Eu vi semana retrasada em Salvador, o anúncio que a gente está importando as UPPs cariocas e antes das UPPs chegarem, ou seja, a polícia, eles começaram a fazer sessões de cinema no espaço público, mostrando filmes como Cidade de Deus, Tropa de Elite. Isso na praça do Calabar, uma favela do Alto de Ondina. Agora, antes de chegar a polícia, chega o cinema. Então isso é política cultural? Isso é uma pergunta. Então me lembro de uma ideia do Guattari: 'a cultura é um conceito reacionário'. E tem uma outra frase do Godard - que virou um slogan recentemente a partir do vídeo na Bienal de São Paulo - 'a cultura é regra e a arte é a exceção'. Eu fico com a cultura é a regra, e eu me pergunto: será que a gente está nesse momento em que a cultura é um conceito reacionário e a regra, e que é sempre usado para esses processos de pacificação da cidade? Essa é minha provocação para a mesa.

Durante o breve debate, Robert Pechman tenta apontar possibilidades de transpor a crise instalada por Paola Berenstein Jacques, lembrando das sinfonias urbanas; dos sentidos da improvisação no jazz - na tentativa de dialogar com a perspectiva rítmica esboçada por Ana Clara Torres Ribeiro; e da ideias de resistência nas brechas. Margareth da Silva Pereira, também sai em defesa de uma postura mais otimista frente a tal contexto, positivando a cultura como um exercício de liberdade.

A sessão livre é fechada com uma inquietação levantada por Ana Clara Torres Ribeiro com a redução ou exacerbação das ideias de cultura ao atribuí-la a processos e práticas tão diversas. A professora contesta a nomeação generalizada de tudo enquanto cultura, sob o risco de entendê-la necessariamente como progressista ou libertária. Na acepção da professora, cultura é um pressuposto da existência. E propomos para encerrar este relato uma dúvida: que existências vêm sendo visibilizadas e silenciadas na produção das cidades contemporâneas? De que modo tais existências traçam autonomias libertárias confrontando-se com uma captura simbólica tão generalizada? Poderíamos retomar aos opositores de ocasião e aos processos de hibridização levantados nas montagens anteriores, mas resultaria numa repetição. O exercício exaustivo da crítica presente no debate mobiliza-se pela inconclusão, a problemática da relação entre cidade e cultura incorpora novos sujeitos e forças na dinâmica do capitalismo cognitivo e nos exige uma atitude de espreita pelos desdobramentos que virão de tantos processos em curso atualmente, sob a égide da cultura, da economia, da cidadania e da inclusão social.

Carolina Fonseca é doutoranda do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo/UFBA

NOTAS

¹ A presença rítmica do SONAR foi composta no cerne da elaboração apresentada pela professora Ana Clara. Sua exposição discorreu entre fragmentos e parágrafos, expressões sociais e rítmicas das TEORIAS BRINCANTES DO BRASIL que permeiam todas as montagens construídas neste relato. Uma transversalidade com relação às demais temáticas abordadas na sessão livre. Frente a tal especificidade, propõe-se um espaço-tempo próprio para os parágrafos desta teoria no presente texto, caracterizado pela simultaneidade e coexistência:

[2º parágrafo [*Tu gostas de um drama, hein?*] num paralelo entre o drama e a tragédia, Ana Clara, aponta para nossa incapacidade de lidar com a tragédia. Esta teria uma ligação estreita com a polis. Situa a presença do drama nos enredos frívolos: E este drama está em toda parte, as pessoas dramatizam e não atingem a tragédia. Isto guarda uma relação direta com a nossa pobreza política, substituímos a tragédia pela brincadeira. Não é a teoria brincante, é pela brincadeira, como se fosse brincável a nossa situação política e não é. É horrível, é uma sociedade terrível e como isso não vira tragédia. É um drama e esse drama se reproduz, a mídia se aproveita, aumenta o drama, mobiliza a sociedade em torno dele, o casal que matou a criança e etc. As pessoas se tornam indignadas, com toda razão, porque movimenta a moral e a emoção e depois não queremos mais vocês aqui, saiam por favor [...].

3º parágrafo [*Você é culpado até segunda ordem* > uma lógica estruturada numa hierarquia infinita para a preservação das estratificações sociais. Uma sociedade profundamente estratificada, estratificadora, estratificante, efetivada pela exigência de fornecer todas as informações: “Porque eu tenho que dizer que estou viva todo ano? Porque tem gente que frauda a previdência. Mas então porque não vai atrás daquele que frauda a previdência, em vez de ficar controlando todos os outros, isto lá é argumento?”

[outro parágrafo [*Depois de mim feche o portão e passe a cerca* > “Olha eu tenho doutorado, agora só quem tem doutorado é que pode orientar bolsista de iniciação científica, então depois de mim, agora que eu sou doutor, feche o portão e passe a cerca. Isto é o fundamento das leis, das normas e das regras na nossa experiência e está de alguma maneira muito embrenhada no cotidiano urbano”.

[título de mais 2 parágrafos [*Estou pagando logo ... Eu estudei, logo mereço* > O que configura, do ponto de vista de Ana Clara Torres Ribeiro, uma sociedade absolutamente preconceituosa e antagônica ao trabalhador. Na reprodução desta hierarquia o estudo é uma espécie de porta de entrada para tudo e o outro lado desta moeda é aquele que não pode pagar está fadado à exclusão irremediável. Onde direito e cidadania são reduzidos à possibilidade do consumo: “Numa assembléia, o outro dizia: “Nós professores estamos ganhando igual motorista de ônibus.” Eu digo, o salário do motorista de ônibus é horrível, qual é o problema que nós temos com o salário do motorista? Tomara que ganhem bem, em vez de se preocupar com seu salário, está preocupado com o salário do motorista?

E o último parágrafo, o título é bem curtinho: Tudo bem ...” (risos) e com isso acabo.

² Notas das aulas da Disciplina “Urbanismo Contemporâneo” no PPGAU-UFBA em 2011.

³ As ideias de diferenciada é uma ironia utilizada pela professora Regina, remetendo-se ao episódio do metrô de Higienópolis em São Paulo. Neste, moradores da elite paulistana rechaçaram a implantação de uma estação de metrô no citado bairro, sob a alegação de que isto atrairia pessoas “diferenciadas”, no sentido pejorativo, referindo-se à facilitação que tal meio de transporte representaria para pobres ou pessoas de classe de baixa renda acessarem Higienópolis. A noção de diferenciada é utilizada entre aspas, com o intuito de incorporar uma passagem correlata recente, no sentido da negação da diferença. A negação se dá por motivos díspares, mas afins.